



RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO E FINANCEIRO 1

Região 5

Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas, Paineiras e Martinho Campos - MG

ANEXO 1.1

outubro a dezembro/2025

Anexo 1.1 - Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro 1

Região 5 — outubro a dezembro/2025

Elaboração:

Amanda Guerra Valadão

Caroline Ferreira de Almeida

Gustavo Leite de Souza

Higor Gomes Pereira

Joana Tavares Pinto da Cunha

Júlia Guimarães Barbosa

Tais de Paula Barbosa Souza

Thais das Chagas Moura

Thiago de Azevedo Moraes

Verônica Aparecida Silva Severino

Equipe Técnica

Alberto Vieira Ramos

Coordenação de Administração e Logística

Aline Raquel Mesquita da Silva

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Amanda Guerra Valadão

Assessoria de Projetos Socioeconômicos

Ana Carolina Dias Ramos

Coordenação Regional - Felixlândia

Antônio Cardoso

Coordenação Regional - Felixlândia

Bruno Augusto Salgado

Coordenação de Administração e Logística

Camilla Pinheiro do Espírito Santo

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Caroline Ferreira de Almeida

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Cecília Maria Santiago

Coordenação Regional - Felixlândia

Daniela Tavares Paoliello

Coordenação de Comunicação Social

Dayana Maria Fonseca

Coordenação Regional - Felixlândia

Diego da Silveira Alexandre

Coordenação Regional - Felixlândia

Diego Silva de Souza

Coordenação Regional - Felixlândia

Dilma Mendes de Freitas

Coordenação de Administração e Logística

Diogo Eduardo de Carvalho Oliveira

Coordenação de Administração e Logística

Edilson Francisco Lima Almeida Raposo

Coordenação Regional - Felixlândia

Edson Teixeira das Chagas Junior

Coordenação de Administração e Logística

Felipe Leonardo Soares Ribeiro

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Geraldo Nobre Moncao

Assessoria de Projetos Socioeconômicos

Giovanni Bruno Araújo Evangelista

Coordenação de Administração e Logística

Gustavo Aguiar Simim

Coordenação Jurídico Institucional

Gustavo Leite de Souza

Coordenação Regional - Felixlândia

Hebiene Laiane da Silva Lobo

Coordenação Regional - Felixlândia

Henrique Lohan Gonçalves Quadros

Coordenação de Administração e Logística

Higor Gomes Pereira

Assessoria de Projetos Internos

Jéssica Poliane Gomes dos Santos

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Joana Tavares Pinto da Cunha

Coordenação de Comunicação Social

Jonas Veloso Santos

Gerência

José de Castro Procópio

Diretoria

Julia de Carvalho Nascimento

Gerência

Julia Guimarães Barbosa

Assessoria de Projetos Socioeconômicos

Laryssa do Nascimento Barbosa

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Lucas Gabriel Nascimento de Souza

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Luiz Henrique Gomes Lima

Coordenação de Administração e Logística

Marco Aurélio Souza Lara

Coordenação Regional - Felixlândia

Marina Gabriela dos Santos

Coordenação Regional - Felixlândia

Mathias Rodrigues Botelho

Coordenação de Comunicação Social

Paula Márcia Oliveira

Assessoria de Relacionamento Institucional

Paulo Henrique Vieira

Coordenação de Administração e Logística

Poliana Lino Rodrigues

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Priscila de Fátima Silva

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Raphaela Nascimento de Carvalho

Coordenação Regional - Felixlândia

Raquel Pereira Faria

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Roberta Gonçalves Gabriel

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Sanderson Mariano Gomes dos Santos

Coordenação Regional - Felixlândia

Taís de Paula Barbosa Sousa

Assessoria de Projetos Socioeconômicos

Tarsila Esteves Gonçalves de Paula

Coordenação Regional - Felixlândia

Thais das Chagas Moura

Assessoria de Projetos Socioeconômicos

Thaline Barbara de Paiva Campos

Coordenação Regional - Felixlândia

Thiago de Azevedo Moraes

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Verônica Aparecida Silva Severino

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Victor dos Santos Carvalho

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Viviane Cristina Ribeiro Santos

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Washington Dias Marques

Coordenação de Administração e Logística

Instituto Guaicuy, 2026

Endereço: Rua Brasópolis, 109 — Floresta, Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: janeiro/2026

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CAMF	Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico
EG	Entidade Gestora
IJs	Instituições de Justiça
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PTR	Plano de Trabalho

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
1. APRESENTAÇÃO	7
2. MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	8
2.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	9
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE E SÍNTESE DOS RESULTADOS	11
4. EXECUÇÃO DAS METAS E ENTREGAS DO ANEXO 1.1	13
4.1 QUADRO TRIMESTRAL DE ENTREGAS E METAS	13
4.2 CONTEXTO E VARIÁVEIS QUE INFLUENCIARAM O ANDAMENTO DAS AÇÕES	18
4.2.1 Contexto Meta 14 - Atividade ID 6	18
5. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS	22
6. BALANÇO DO TRIMESTRE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Trimestral de Prestação de Contas Finalística tem por objetivo apresentar, de forma sistematizada e transparente, os resultados, atividades e entregas realizadas pela Assessoria Técnica Independente (ATI) no âmbito da execução do Anexo I.1 – Projetos de Demandas das Comunidades, do Acordo Judicial para Reparação Integral dos Danos Coletivos decorrentes do rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA / Córrego do Feijão.

O relatório refere-se ao período de outubro a dezembro de 2025, estando estruturado em conformidade com o Termo de Compromisso firmado em 17 de julho de 2023, seu Termo Aditivo, os Planos de Trabalho aprovados e o Quadro de Entregas e Prazos do Anexo I.1, observando os critérios de avaliação finalística definidos para acompanhamento da atuação das ATIs.

Neste documento são apresentadas as informações sobre o monitoramento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela ATI, com ênfase no apoio aos processos decisórios, no fortalecimento das instâncias de governança e na execução das metas pactuadas, além da prestação de contas financeiras do projeto. As informações aqui consolidadas são acompanhadas das respectivas evidências de execução, de modo a possibilitar o monitoramento, a avaliação de desempenho e a transparência do trabalho desenvolvido.

2. MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O presente capítulo tem o objetivo de demonstrar como é realizado o monitoramento da execução do Plano de Trabalho e apresentar as possíveis atualizações, além de descrever como se dará a prestação de contas finalísticas do trimestre de outubro a dezembro de 2025.

De acordo com o Plano de Trabalho, o monitoramento é compreendido como a coleta e análise sistemática de dados com o objetivo de conhecer o andamento do projeto, o que inclui tanto a execução finalística, como a financeira. Assim, ficou definido que o monitoramento é realizado a partir do: I) Acompanhamento das atividades realizadas com as pessoas atingidas, por meio dos extratos das atividades; II) Acompanhamento do cronograma e execução das metas, comprovadas por meio das entregas dos produtos pactuados e III) Acompanhamento da execução financeira.

Ao longo do trimestre, a ATI realizou o acompanhamento das atividades previstas por meio do registro e da sistematização das ações executadas, da análise do avanço das metas e da consolidação das evidências produzidas. Esse processo permitiu identificar o estágio de execução de cada meta, distinguindo aquelas concluídas no período, as que se encontram em andamento e aquelas não iniciadas. O processo de monitoramento também possibilitou a identificação de desafios e limitações enfrentados no trimestre, incluindo fatores externos que impactaram o cronograma ou a execução das atividades, bem como riscos potenciais para o cumprimento de metas futuras.

O monitoramento considerou tanto aspectos quantitativos, como número de atividades realizadas e pessoas atingidas participantes, quanto aspectos qualitativos, relacionados à metodologia adotada, à efetividade dos espaços participativos e à contribuição das ações para o fortalecimento dos processos decisórios das comunidades.

Em relação à execução financeira, a ATI realiza o acompanhamento dos dispêndios, vinculando-os às rubricas. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor

atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar a execução do projeto. Ademais, todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

2.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

A prestação de contas finalística da ATI, no âmbito do Plano de Trabalho da Participação Informada, será realizada por meio da entrega de produtos, os quais constituem os entregáveis formais responsáveis por comprovar o cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho. Nesse modelo, a execução das metas é aferida a partir da apresentação de evidências objetivas, sistematizadas e verificáveis, consolidadas nos respectivos produtos.

O Plano de Trabalho está estruturado em atividades, sendo que cada atividade possui ao menos uma meta a ela vinculada. As metas, por sua vez, definem os resultados esperados da execução das atividades e devem ser comprovadas por meio dos produtos. Dessa forma, os produtos funcionam como instrumentos centrais de monitoramento e prestação de contas, na medida em que reúnem as informações necessárias para demonstrar, de forma documental e objetiva, a execução das atividades e o alcance das metas estabelecidas.

As informações referentes à execução das metas e à entrega dos produtos serão apresentadas no capítulo “Execução das Metas e Entregas do Anexo 1.1”, o qual é composto por uma tabela sintética que relaciona as atividades e metas previstas no Plano de Trabalho, indicando os entregáveis correspondentes, os prazos pactuados para o cumprimento de cada meta e o link de acesso ao respectivo produto.

No que se refere à disponibilização das evidências comprobatórias, a tabela apresentará, para cada meta, o link direto para o produto entregue. Cada produto conterá uma descrição detalhada da meta, das atividades realizadas e, quando aplicável, um capítulo específico de verificação da meta, no qual serão apresentados os quantitativos de atividades realizadas com as pessoas atingidas. Neste último caso, os produtos reúnem os links de acesso às evidências das atividades desenvolvidas, tais

como: extratos das atividades com as respectivas listas de presença em formato PDF, tabelas contendo a relação dos espaços participativos realizados, e informações consolidadas sobre o número de participantes. Em cada produto, encontra-se também uma explicação detalhada acerca das evidências apresentadas, assegurando transparência, rastreabilidade e clareza quanto à comprovação da execução das atividades junto às pessoas atingidas.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Em 2025, o processo de reparação avançou para uma nova etapa com o início da execução do Anexo 1.1, após decisão judicial de abril que autorizou o início dos trabalhos da Entidade Gestora (EG) e aprovou recursos para os planos de trabalho das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) por mais dois anos. Em junho, foi lançado o projeto piloto do Anexo 1.1, capitaneado pela EG sob coordenação da Cáritas, com recursos de R\$ 326,7 milhões. Nesse contexto, as ATIs atuam no apoio às comunidades e à EG, enquanto esta assume a gestão operacional e financeira do Anexo.

Entre julho e outubro de 2025, o processo de aprovação do Plano de Trabalho da ATI foi marcado por negociações institucionais complexas. Embora o plano tenha sido pactuado e aprovado pelas instituições competentes, a homologação judicial e a liberação dos recursos permaneceram pendentes até o fim de setembro, o que gerou grandes desafios operacionais à manutenção das equipes e ações propostas pela ATI.

No período de outubro a dezembro de 2025, observaram-se avanços na construção participativa e na concepção dos projetos comunitários, com destaque para a divulgação de almanaques, boletins, informes e materiais audiovisuais, fortalecendo a transparência, o acesso à informação e o protagonismo das comunidades. Paralelamente, intensificaram-se debates institucionais sobre a governança do Anexo 1.1, especialmente quanto às condições de atuação e à não remuneração dos conselheiros comunitários, evidenciando desafios à participação social efetiva.

Quanto aos prazos, ficou pactuado que o início do Plano de Trabalho da ATI em relação ao Anexo 1.1 ocorreria em 1º de outubro de 2025, após o recebimento da primeira parcela dos recursos. Assim, o primeiro trimestre de execução compreendeu o período de outubro a dezembro de 2025, base temporal deste relatório e da primeira aferição final das metas, realizada a partir do conjunto das atividades desenvolvidas ao longo do trimestre.

Nesse contexto, verificou-se que o cronograma de execução de algumas metas estabelecidas no Termo Aditivo ficaram defasadas. Além disso, durante a execução da Proposta Definitiva da Entidade Gestora, verificaram-se situações que, por sua vez,

afetam o planejamento das atividades e metas da ATI, como: atrasos no calendário de execução das atividades da EG, falta de orientações metodológicas estruturantes para desenvolvimento de algumas ações e alterações nas definições sobre os processos decisórios considerados para estabelecimento das metas.

Desse modo, ficou estabelecido por meio de diálogos entre CAMF, ATIs (Instituto Guaicuy e Nacab) e Entidade Gestora a necessidade imediata de repactuação do calendário e dos prazos do Anexo 1.1, uma vez que as atividades das ATIs dependem diretamente das entregas da Entidade Gestora. Os atrasos vêm comprometendo o planejamento, a metodologia e a previsibilidade das etapas. Há uma indicação de agenda entre as ATIs, CAMF e Entidade Gestora para o dia 21 de janeiro de 2026 com a proposta de se iniciar a discussão sobre um cronograma mais realista em relação ao momento do Anexo 1.1, o que impactará o cronograma de cumprimento das metas do Guaicuy. A partir desse e de outros possíveis diálogos, espera-se a formalização junto às Instituições de Justiça de um novo cronograma de cumprimento das metas presentes no Termo Aditivo.

É necessário, ainda, contextualizar que a definição dos critérios mínimos para a avaliação qualitativa, bem como as orientações iniciais sobre os procedimentos por parte da CAMF, só teve início e formalização próximo ao encerramento do trimestre avaliativo em análise, dia 23 de dezembro de 2025. Em decorrência desse processo, a prestação de contas atual restringe-se estritamente ao cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho e no Termo Aditivo, instrumentos que regeram efetivamente o período de execução. Ressalta-se que todas as demandas previstas nestes documentos originais foram integralmente atendidas, sendo que a aplicação de novos parâmetros qualitativos e o uso do formulário de acompanhamento ocorrem, neste momento, apenas em caráter experimental e de validação do modelo.

4.EXECUÇÃO DAS METAS E ENTREGAS DO ANEXO 1.1

4.1 QUADRO TRIMESTRAL DE ENTREGAS E METAS

ID META	META (TERMO ADITIVO)	ID ATIVIDADE DO PT	ATIVIDADE DO PT	PRODUTO/ ENTREGÁVEL	PRAZO	STATUS DA META NO TRIMESTRE	LINK EVIDÊNCIAS
1	Listagem dos participantes eleitos de cada região nas instâncias locais e regionais.	2	Apoio na construção da proposta de composição dos Conselhos Locais e do Conselho Regional	Lista com a proposta preliminar de composição de todos os Conselhos Locais e do Conselho Regional	30/08/25	Finalizado	 R5_Ativida...
2	Formações concluídas com as pessoas atingidas: I) proposição de projetos - 282 pessoas da R4 e 1.473 pessoas da R5 certificadas no treinamento (proporção entre as regiões do PTR) - 1ª e 2ª Ondas.	8	Apoiar os processos participativos executados pela EG sobre Proposição de Projetos, incluindo formações e processos decisórios, referentes à 1ª e 2ª onda de projetos	Lista com os espaços participativos realizados pela ATI, com os extratos da atividade ou lista de pessoas certificadas nas formações do Guaicuy	31/12/25 30/04/26	Em andamento	 R5_Ativida...
3	Formações concluídas com as pessoas atingidas: II) escrita de projetos e execução de projetos - 28 pessoas da R4 e 147 pessoas da R5 certificadas no treinamento (proporção entre as regiões do PTR) - 1ª e 2ª Ondas.	9	Apoiar as formações sobre Escrita de Projetos e Execução de Projetos, executadas pela EG, referentes à 1ª e 2ª onda de projetos	Lista com os espaços participativos realizados pela ATI, com os extratos da atividade ou lista de pessoas certificadas nas formações do Guaicuy	31/12/25 30/04/26	Em andamento	 R5_Ativida...
4	Material informativo e didático, com a síntese da região para a população atingida, sobre a evolução do Anexo 1.1, disponível	10	Produzir e divulgar materiais de comunicação sobre o andamento do Anexo 1.1, com recorte regional	Lista do material informativo produzido sobre o andamento do Anexo 1.1 na Região 4 no	31/12/25 30/06/26 31/12/26 30/05/27	Em andamento	 R5_Ativida...

ID META	META (TERMO ADITIVO)	ID ATIVIDADE DO PT	ATIVIDADE DO PT	PRODUTO/ ENTREGÁVEL	PRAZO	STATUS DA META NO TRIMESTRE	LINK EVIDÊNCIAS
	inclusive em formato virtual e também com apresentação presencial.			semestre de referência			
5	80% dos conselheiros com transporte e hospedagem, se necessário, disponibilizados para participação nos espaços participativos da EG (Considerando a divisão logística da EG).	15	Fornecer apoio logístico às pessoas atingidas para participarem dos espaços da EG	Listagem de pessoas atingidas atendidas com suporte logístico	Mensal	Em andamento	 R5_Ativida...
6	Documento apresentando a estrutura com os conselhos locais e regionais e seu regramento inicial.	4	Apoio na construção da proposta do regimento dos Conselhos Locais, do Conselho Regional e do Conselho Inter-regional	Propostas de regimentos dos Conselhos Locais, do Conselho Regional e dos Setores	30/08/25 30/06/26 31/12/26	Em andamento	 R5_Ativida...
7	Envolvimento das pessoas atingidas, incluso fase preparatória, a cada processo decisório - MÍNIMO de 5 processos decisórios (1ª onda, 2ª onda, crédito e microcrédito, assembléia final, monitoramento) - com no MÍNIMO 54 pessoas da R4 e 144 pessoas da R5 envolvidas em cada processo decisório (cada conselheiro envolve pelo menos 3 pessoas), salvo projetos locais. Deverá ser entregue um relato dos	7	Apoiar os processos participativos executados pela EG sobre Crédito, Microcrédito, Fundo Rotativo e Bancos Comunitários, incluindo formações e processos decisórios	Documento com os encaminhamentos para os espaços decisórios da EG Lista de pessoas atingidas envolvidas nos processos decisórios, incluindo fase preparatória	10 DIAS ANTES DO PRAZO DA EG	Finalizado	 R5_Ativida...

ID META	META (TERMO ADITIVO)	ID ATIVIDADE DO PT	ATIVIDADE DO PT	PRODUTO/ ENTREGÁVEL	PRAZO	STATUS DA META NO TRIMESTRE	LINK EVIDÊNCIAS
	encaminhamentos contendo lista de presença.						
7	Envolvimento das pessoas atingidas, incluso fase preparatória, a cada processo decisório - MÍNIMO de 5 processos decisórios (1ª onda, 2ª onda, crédito e microcrédito, assembléia final, monitoramento) - com no MÍNIMO 54 pessoas da R4 e 144 pessoas da R5 envolvidas em cada processo decisório (cada conselheiro envolve pelo menos 3 pessoas), salvo projetos locais. Deverá ser entregue um relato dos encaminhamentos contendo lista de presença.	8	Apoiar os processos participativos executados pela EG sobre Proposição de Projetos, incluindo formações e processos decisórios, referentes à 1ª e 2ª onda de projetos	Documento com os encaminhamentos para os espaços decisórios da EG Lista de pessoas atingidas envolvidas nos processos decisórios, incluindo fase preparatória	10 DIAS ANTES DO PRAZO DA EG	Finalizado	 R5_Ativida...
8	Atualização do diagnóstico de danos coletivos / comunitários (formulário), validado com os conselhos locais.	11	Atualização do diagnóstico de danos comunitários	Diagnóstico de danos atualizado e validado - se houver	30/11/25 30/06/26	Em andamento	 R5_Ativida...
9	Lista preliminar de projetos sugeridos pelas pessoas atingidas surgidos nas discussões dos espaços de participação - MÍNIMO 1 lista por Região.	5	Apoio na definição da lista preliminar dos projetos locais e regionais da Região 4	Lista preliminar dos projetos comunitários da Região 4	15/09/25 15/02/26	Em andamento	 R5_Ativida...

ID META	META (TERMO ADITIVO)	ID ATIVIDADE DO PT	ATIVIDADE DO PT	PRODUTO/ ENTREGÁVEL	PRAZO	STATUS DA META NO TRIMESTRE	LINK EVIDÊNCIAS
10	Formações concluídas com as pessoas atingidas: crédito e microcrédito, focada em finanças solidárias, banco comunitário e fundo rotativo - 3 encontros coletivos por região - MÍNIMO de participação de 80% dos conselhos regionais.	7	Apoiar os processos participativos executados pela EG sobre Crédito, Microcrédito, Fundo Rotativo e Bancos Comunitários, incluindo formações e processos decisórios	Lista com os espaços participativos realizados pela ATI, com os extratos da atividade ou lista de pessoas certificadas nas formações do Guaicuy	30/11/25 31/03/26 30/06/26	Em andamento	 R5_Ativida...
11	Formações concluídas com as pessoas atingidas: governança - 15 pessoas da R4 e 73 pessoas da R5 certificadas no treinamento (proporção entre as regiões do PTR).	3	Apoiar as formações sobre Governança executadas pela EG	Lista dos espaços participativos realizados pela ATI, com os extratos da atividade ou lista de pessoas certificadas nas formações do Guaicuy	30/06/26	Não iniciado	N/A
12	Envolvimento das pessoas atingidas, incluso fase preparatória, para contribuições ao plano participativo - MÍNIMO de 54 pessoas da R4 e 144 pessoas da R5 envolvidas em cada processo decisório (cada conselheiro envolve no mínimo 3 pessoas). Deverá ser entregue um relato dos encaminhamentos contendo lista de presença.	14	Apoiar as pessoas atingidas para contribuições no Plano Participativo	Documento com os encaminhamentos para os espaços decisórios da EG Lista de pessoas atingidas envolvidas nos processos decisórios, incluindo fase preparatória	31/12/26	Não iniciado	N/A
13	Formação para a EG feita por cada ATI, por região - contextualização do território.	1	Apoio na formação da equipe da EG	Registro da formação com lista de presença e fotos	30/08/25	Finalizado	 R5_Ativida...

ID META	META (TERMO ADITIVO)	ID ATIVIDADE DO PT	ATIVIDADE DO PT	PRODUTO/ ENTREGÁVEL	PRAZO	STATUS DA META NO TRIMESTRE	LINK EVIDÊNCIAS
14	Organizar 5 reuniões para subsídio da manifestação técnica da EG sobre divisão de recursos. Deverá ser entregue ata com lista de presença.	6	Apoio à manifestação técnica da EG sobre a divisão de recursos	Extrato das reuniões conduzidas pela EG e organizadas com o apoio do Guaicuy	30/09/25	Não iniciado	4.2.1 Contexto Meta 14 - Atividade ID 6
15	Sistematização das proposições de cada região sobre estruturação do conselho inter-regional, com sugestão de proporcionalidade/ representatividade.	4	Apoio na construção da proposta do regimento dos Conselhos Locais, do Conselho Regional e do Conselho Inter-regional	Documento com a sistematização das propostas da R4 para o Conselho Inter-regional	30/11/25	Finalizado	 R5_Ativida...
16	Divulgação dos processos seletivos e editais para a população em todos os canais de comunicação das ATIs.	12	Divulgar os editais e processos seletivos da EG referentes à todas as etapas	Lista de materiais de divulgação	1 dia após a publicação da EG	Em andamento	 R5_Ativida...
17	Entrega/divulgação para as pessoas atingidas de material impresso e digital e outras mídias para auxiliá-las na decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs.	13	Divulgar para as pessoas atingidas material para auxiliá-las na decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs	Lista de materiais de divulgação	10 dias antes do espaço decisório	Em andamento	 R5_Ativida...
18	Prestação de contas trimestral, física e financeira, pelas ATIs, com base no material disponibilizado auditoria (meta mínima: publicação nos sites eletrônicos, apresentação nas reuniões dos conselhos e instâncias regionais, jornal).	17	Gestão do projeto	Relatório Trimestral de prestação de contas finalística e financeira, publicado no site eletrônico	31/10/25	Finalizado	https://guaicuy.org.br/ati/ati-para-opeba/transparencia/contas/

4.2 CONTEXTO E VARIÁVEIS QUE INFLUENCIARAM O ANDAMENTO DAS AÇÕES

A seguir, será apresentado um estudo dos elementos que impactaram a execução programada de algumas metas, conforme a Tabela apresentada no subcapítulo 3.1.

4.2.1 Contexto Meta 14 - Atividade ID 6

Conforme o texto da Meta 14, relacionada à atividade ID 6 do Plano de Trabalho da ATI referente ao Anexo 1.1, até 30 de setembro de 2025 deveriam ser realizadas cinco reuniões com o objetivo de subsidiar a manifestação técnica da Entidade Gestora sobre a divisão dos recursos entre as comunidades atingidas, com entrega de atas e listas de presença como comprovação.

No entanto, essa atividade não foi executada pelas razões apresentadas a seguir.

Manifestação da Entidade Gestora

No dia 4 de dezembro, a ATI recebeu um comunicado da Entidade Gestora em que esta aponta que, “na data prevista para a entrega dessa meta, os atuais planos de trabalho das Assessorias Técnicas Independentes não estavam aprovados. Tampouco havia Termo de Compromisso homologado”. Em sua manifestação, a EG ainda discorre que a realização dessas reuniões encontra-se comprometida em virtude da ausência de ATI nas regiões 1 e 2 e indica que “pode receber contribuições técnicas sobre a divisão de recursos, mas declara que só poderá analisá-las, orientar os processos de consulta ou se manifestar após receber todas as entregas regionais”.

Momento de transição e incompatibilidade de calendários

No período previsto para a realização das reuniões, a ATI ainda estava executando o Plano de Trabalho do Acordo Judicial de 2023 (PTr06), o que impactou o início das ações previstas para o novo plano.

Ausência de condições materiais para o debate sobre a divisão de recursos

Desde o período de construção da Proposta Definitiva do Anexo 1.1, entre março e junho de 2024, observa-se um intenso e permanente debate entre as pessoas atingidas de toda a Bacia do Rio Paraopeba e da Represa de Três Marias acerca do processo de divisão dos recursos entre as cinco regiões. Trata-se de um tema sensível, atravessado por

múltiplos critérios, realidades territoriais distintas e impactos desiguais, o que tem gerado preocupação e desconforto entre as próprias pessoas atingidas.

Esse desconforto foi reiteradamente manifestado por representantes das comunidades que atuam em espaços de diálogo com as Instituições de Justiça, especialmente pelo entendimento de que a definição da divisão de recursos envolve escolhas complexas e potencialmente conflituosas, que podem não refletir, de forma justa e equilibrada, as necessidades reais das comunidades atingidas. Diante disso, consolida-se entre as pessoas atingidas o posicionamento de que essa decisão não deve recair sobre elas, tampouco ser conduzida de forma fragmentada no âmbito da governança participativa, mas sim ser coordenada e deliberada pelas Instituições de Justiça, garantindo maior legitimidade, isenção e segurança institucional ao processo.

Esse posicionamento foi publicamente evidenciado durante a Solenidade de Abertura dos Trabalhos do Anexo 1.1, conforme registrado na [reportagem](#) que anuncia o lançamento do projeto piloto. Naquele momento, apesar da importância simbólica e política do início da execução do Anexo, a manifestação das Instituições foi de que seria da Governança Popular esta tomada de decisão.

Já nas primeiras formações relacionadas à Governança da Entidade Gestora nos territórios, as pessoas atingidas passaram a questionar tanto a divisão regional dos recursos quanto a lista de comunidades consideradas elegíveis. As respostas apresentadas pela Entidade Gestora indicaram que tais temas seriam tratados em um momento posterior, sob a justificativa de que a atuação ainda se encontrava em fase de formação institucional e de ambientação nos territórios.

Resultando, em um impasse pela ausência de definições claras, associada à inexistência de condições materiais e metodológicas adequadas para um debate qualificado sobre a divisão de recursos. Essa questão, reforça a avaliação das pessoas atingidas de que não há, neste momento, base suficiente para que essa decisão seja construída de forma participativa sem gerar tensões, insegurança ou responsabilização indevida das comunidades.

Indefinição das comunidades elegíveis

Para além das dúvidas estruturais, havia demanda por confirmação oficial da inclusão de determinadas comunidades, especialmente aquelas que não atendiam a um dos

critérios (como o PTR), mas atendiam aos critérios de danos coletivos. Assim, não havia condições mínimas para iniciar um processo territorial de debate sobre divisão de recursos.

A título de exemplo: A Região 4 já possuía maior clareza sobre elegibilidade, mas ainda dependia de posicionamento formal da Entidade Gestora; essa indefinição foi, inclusive, uma demanda expressa das pessoas atingidas, que solicitaram resposta antes de discutir qualquer proposta de divisão de recursos.

Interpretação divergente da meta

Desde o planejamento deste produto, houve interpretação registrada junto à CAMF de que a meta corresponderia a uma reunião por região (totalizando cinco reuniões), e não cinco reuniões em cada região.

A Entidade Gestora também não apresentou orientações ou encaminhamentos concretos para a execução do processo, nem promoveu condições técnicas ou metodológicas para a realização das reuniões previstas.

Existência de subsídios já produzidos durante os 90 dias

Durante o período de 90 dias de construção da Proposta Definitiva, as pessoas atingidas já apresentaram propostas e diretrizes sobre a divisão dos recursos, devidamente sistematizadas pela assessoria técnica. Caso venha a ser solicitado, esse material pode ser apresentado como subsídio à Entidade Gestora.

Situação atual e encaminhamentos possíveis

- Caso a Entidade Gestora solicite subsídios técnicos já sistematizados, eles podem ser imediatamente disponibilizados.
- Caso a Entidade Gestora deseje agora realizar reuniões para apresentar ou discutir a proposta técnica enviada, isso dependerá de seu calendário, e estamos à disposição para executar atividades de apoio e mobilização.

Conclusão

A atividade prevista não foi executada por ausência de condições técnicas, metodológicas e institucionais mínimas, considerando:

- Indefinição das comunidades elegíveis;

- Ausência de diretrizes e orientação da Entidade Gestora;
- Não existência de espaço real para discussão qualificada no período previsto;
- Elaboração da manifestação técnica sem participação das pessoas atingidas.

Reitera-se a disponibilidade da Assessoria Técnica Independente para apoiar processos futuros de participação e subsidiar a manifestação técnica, caso venha a ser demandado em momento oportuno.

5. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS

A prestação de contas financeiras contempla toda a estrutura organizacional necessária para a gestão do projeto, como aquelas que fornecem as bases jurídica, de sustentação financeira, de recursos humanos, de suporte tecnológico, de prestação de contas e de gestão para o projeto da ATI. A apresentação de sua execução neste relatório tem por objetivo promover a transparência quanto à alocação de recursos, além de possibilitar uma melhor compreensão da complexidade envolvida na viabilização das atividades finalísticas.

É importante destacar que este é um eixo transversal, voltado a garantir as condições necessárias para a execução financeira e técnica do projeto, com vistas ao alcance dos resultados esperados. Todas as ações descritas foram executadas conforme previsto no Plano de Trabalho.

Na sequência, são apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira no **período de Outubro a Dezembro de 2025**.

No que se refere à área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, suas atribuições englobam o recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, estagiárias/os e jovens aprendizes, além da gestão da saúde no trabalho. Tais ações são conduzidas por meio de planejamento, execução e organização de dados, com o objetivo de formar uma equipe técnica capacitada e em condições adequadas de saúde e trabalho, assegurando o suporte necessário à assessoria técnica prestada às pessoas atingidas.

Em **31 de dezembro de 2025**, o Instituto Guaicuy contava com 5 profissionais atuando integralmente, além da participação de outros 65 profissionais na execução das atividades do plano de trabalho, com atuação parcial e distribuída entre as Regiões 4 e 5. A maior parte dessa equipe foi incorporada à instituição por meio de processos seletivos públicos, conforme editais divulgados no portal de transparência. A listagem analítica da força de trabalho, atualizada para a data mencionada:

Tabela 1: Força de trabalho nas Regiões 4 e 5

Matrícula	DATA ADMISSÃO	PERCENTUAL ALOCAÇÃO	REGIÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL	Lotação
87	14/12/2020	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	FELIXLANDIA
366	04/07/2022	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
501	08/09/2025	100,0%	4 e 5	ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS	BELO HORIZONTE
50	07/06/2021	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	MORADA NOVA
441	07/11/2023	90,0%	4	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	POMPEU
112	07/12/2020	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
77	03/05/2021	90,0%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	BELO HORIZONTE
127	07/12/2020	47,5%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
471	05/11/2024	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
216	24/06/2020	90,0%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	BELO HORIZONTE
479	03/02/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
130	07/12/2020	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
470	05/11/2024	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
135	07/12/2020	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	FELIXLANDIA
368	01/09/2022	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	MORADA NOVA
473	02/12/2024	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
469	04/11/2024	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
381	16/01/2023	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	MORADA NOVA
325	03/03/2022	47,5%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
59	03/05/2021	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	BELO HORIZONTE
35	02/08/2021	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
373	17/10/2022	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
480	24/04/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	MORADA NOVA
258	30/04/2020	47,5%	4 e 5	COORDENAÇÃO JURÍDICO INSTITUCIONAL	BELO HORIZONTE
418	17/07/2023	47,5%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
84	01/02/2021	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
417	17/07/2023	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
248	30/04/2020	47,5%	4 e 5	ASSESSORIA DE PROJETOS INTERNOS	BELO HORIZONTE
65593	14/08/2025	90,0%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	BELO HORIZONTE
337	01/04/2022	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
294	01/12/2021	47,5%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	BELO HORIZONTE
136	07/12/2020	90,0%	4 e 5	GERENCIA	BELO HORIZONTE
264	30/04/2020	90,0%	4 e 5	DIRETORIA	BELO HORIZONTE
64806	13/02/2025	90,0%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	BELO HORIZONTE
240	01/06/2020	90,0%	4 e 5	GERENCIA	BELO HORIZONTE
181	01/12/2020	100,0%	4 e 5	ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS	BELO HORIZONTE
425	18/07/2023	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
86	14/12/2020	47,5%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	BELO HORIZONTE

58	01/06/2021	90,0%	4	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	POMPEU
167	07/12/2020	90,0%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	BELO HORIZONTE
82	08/02/2021	47,5%	4 e 5	ASSESSORIA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	BELO HORIZONTE
5	01/10/2021	90,0%	4	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	BELO HORIZONTE
205	24/06/2020	47,5%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	BELO HORIZONTE
154	07/12/2020	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
421	17/07/2023	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
431	24/07/2023	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
444	15/01/2024	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA	MORADA NOVA
138	07/12/2020	100,0%	4 e 5	ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS	BELO HORIZONTE
371	14/10/2022	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
180	01/12/2020	100,0%	4 e 5	ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS	BELO HORIZONTE
384	23/01/2023	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
257	30/04/2020	47,5%	4 e 5	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	BELO HORIZONTE
214	24/06/2020	47,5%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	BELO HORIZONTE
89	14/12/2020	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	FELIXLANDIA
515	15/12/2025	100,0%	4 e 5	ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS	BELO HORIZONTE
523	15/12/2025	90,0%	4 e 5	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	BELO HORIZONTE
518	15/12/2025	90,0%	4	COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA	POMPEU
525	15/12/2025	90,0%	4	COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA	POMPEU
516	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA	MORADA NOVA
521	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
519	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
510	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
513	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
524	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
511	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA	FELIXLANDIA
520	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA NOVA	MORADA NOVA
517	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA NOVA	MORADA NOVA
522	15/12/2025	90,0%	5	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA NOVA	MORADA NOVA
514	15/12/2025	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU
512	15/12/2025	90,0%	4	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPÉU	POMPEU

Fonte: Elaboração própria (2026).

A seguir, apresentamos a distribuição do quadro de trabalhadoras/es por localidade e por equipe:

Figura 1 — Profissionais com Atuação Integral (em 31/12/2025)¹



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 2 — Profissionais com Atuação Parcial (em 31/12/2025)²



Fonte: Elaboração própria (2026).

¹ **Atuação integral** refere-se aos trabalhadores cujo centro de custo está alocado integralmente no plano de trabalho em questão, ainda que haja rateio entre as regiões 4 e 5.

² **Atuação parcial**, por sua vez, abrange os trabalhadores cujo centro de custo esteja rateado entre mais de um projeto e/ou região.

A contratação de profissionais e estagiários/os via CLT e lei do estágio garante o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido no trimestre com férias foi de R\$ 18.284,02 (Dezoito mil duzentos e oitenta e quatro reais e dois centavos).

Figura 4 – Custeio de férias – Região 5



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os detalhamentos de valores auferidos relacionados à folha de pagamento de salário das/os profissionais, encargos previstos por lei, profissionais desligadas/os no trimestre e trabalhadoras/es que gozaram de férias no período podem ser conferidos por meio dos arquivos disponibilizados pelo [link](#).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

Apresentam-se neste relatório as informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas, conforme extratos bancários.

Tabela 2 – Movimentação financeira na Região 5: outubro/25 a dezembro/25

Saldo em 01/11/2025	Rendimento Líquido de Aplicações	Executado em R\$	Saldo Disponível em 01/01/2026 em R\$	
R\$ 3.021.475,81	R\$ 74.366,35	(R\$ 1.175.957,17)	Saldo em Conta	R\$ 3.236.021,48
			Logística Entidade Gestora	R\$ 457.079,47
			Total	R\$ 3.693.100,95

Fonte: Elaboração própria (2026).

O presente relatório apresenta a execução das atividades realizadas no período de **outubro a dezembro de 2025**, durante o qual foram desembolsados

aproximadamente R\$ 1.1 milhões de reais.

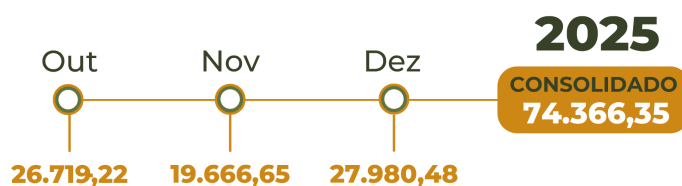
Em **01 de janeiro de 2026**, o saldo disponível em conta corrente era de **R\$ 3.236.021,48** (três milhões, duzentos e trinta e seis mil, vinte um reais e quarenta e oito centavos), valor imediatamente acessível para as despesas operacionais. Além deste, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, há também o valor reservado para custear as despesas de deslocamento das pessoas atingidas para as atividades da Entidade Gestora que totaliza **R\$ 457.079,47** (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Esses valores refletem a política de gestão financeira responsável da instituição, que mantém reservas específicas para garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas e institucionais.

Os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy, para a execução do Plano de Trabalho, enquanto não utilizados, são mantidos em aplicações financeiras conservadoras, com remuneração e liquidez imediata. Dessa forma, todo rendimento obtido por meio dessas aplicações seja integralmente revertido à execução das atividades previstas no referido Plano de Trabalho.

Assim, apresentamos na Figura 6 o detalhamento dos rendimentos líquidos das aplicações (já descontados os valores de IR e IOF):

Figura 6 – Rendimento de aplicações financeiras



Fonte: Elaboração própria (2026).

A seguir, apresentamos o detalhamento da execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 3 – Execução financeira Região 5 por rubrica

	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO			R\$ 2.125,71	R\$ 2.125,71
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS				R\$ 0,00
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO			R\$ 19.970,52	R\$ 19.970,52

MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE			R\$ 86,19	R\$ 86,19
SERVIÇOS		-R\$ 717,99	R\$ 19.378,27	R\$ 18.660,28
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 178.466,04	R\$ 146.569,74	R\$ 325.035,78
TRANSPORTE		-R\$ 40,00	R\$ 42.371,98	R\$ 42.331,98
VIAGENS				R\$ 0,00
PROVENTOS LÍQUIDO		R\$ 340.467,31	R\$ 345.257,87	R\$ 685.725,18
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS		R\$ 31.490,58	R\$ 20.380,93	R\$ 51.871,51
LOGÍSTICA ENTIDADE GESTORA		R\$ 28.365,04		R\$ 28.365,04
OUTROS				
CONSOLIDADO	R\$ 0,00	R\$ 578.030,98	R\$ 596.141,21	R\$ 1.174.172,19

Fonte: Elaboração própria (2026).

Em seguida, apresentamos o detalhamento da execução financeira em relação ao orçado:

Tabela 4 – Orçado x Realizado por Rubrica – Região 5

	ORÇADO			REALIZADO			
	10/2025	11/2025	12/2025	10/2025	11/2025	12/2025	% Orçamento
ALIMENTAÇÃO	R\$ 9.377	R\$ 9.377	R\$ 9.377			R\$ 2.126	7,56%
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 814	R\$ 814	R\$ 814				0,00%
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0			R\$ 19.971	
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 3.239	R\$ 3.239	R\$ 3.239			R\$ 86	0,89%
SERVIÇOS	R\$ 36.952	R\$ 44.769	R\$ 36.733		-R\$ 718	R\$ 19.378	15,75%
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 210.145	R\$ 210.145	R\$ 210.145		R\$ 178.466	R\$ 146.570	51,56%
TRANSPORTE	R\$ 45.282	R\$ 46.200	R\$ 45.282		-R\$ 40	R\$ 42.372	30,95%
VIAGENS	R\$ 8.136	R\$ 8.136	R\$ 8.136				0,00%
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 306.379	R\$ 306.379	R\$ 306.379		R\$ 340.467	R\$ 345.258	74,61%
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 44.610	R\$ 44.610	R\$ 44.610		R\$ 31.491	R\$ 20.381	38,76%
LOGÍSTICA ENTIDADE GESTORA	R\$ 104.837	R\$ 104.837	R\$ 104.837		R\$ 28.365		9,02%
OUTROS	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0				
CONSOLIDADO	R\$ 769.769	R\$ 778.505	R\$ 769.550	R\$ 0	R\$ 578.031	R\$ 596.141	50,66%

Fonte: Elaboração própria (2025)

No mês de outubro de 2025, não houve lançamento direto de despesas vinculadas ao Anexo 1.1 em razão de um processo de reorganização interna da instituição, que envolveu, inclusive, a revisão de procedimentos trabalhistas, com a reversão de diversos casos de revogação de aviso prévio de trabalhadores. Tal contexto demandou a priorização de ajustes administrativos e operacionais, com o objetivo de

restabelecer a regularidade dos fluxos internos.

Ainda, conforme disposto no Termo Aditivo ao Termo de Compromisso firmado em 16 de julho de 2025, especificamente em sua cláusula 3.4.2, foi estabelecido o prazo de até 3 (três) meses para a adaptação contábil e operacional necessária à implementação dos procedimentos de rateio entre os centros de custo vinculados ao Anexo 1.1 e aos demais anexos do acordo judicial. Nesse sentido, durante o mês de outubro de 2025, os procedimentos de rateio ainda se encontravam em fase de implementação, inclusive por meio da busca de ferramentas que auxiliassem essa gestão, o que impossibilitou a correta apropriação e registro das despesas no âmbito do Anexo 1.1.

Aproveitamos para informar que parte dos ajustes entre contas decorrentes dessa adaptação contábil ainda será realizada no mês de janeiro de 2026, sem prejuízo à rastreabilidade, à conformidade contábil e ao cumprimento do objeto pactuado.

As informações elencadas na Tabela 5, a seguir, apresentam a movimentação da conta corrente inicial e das despesas ocorridas no período.

Tabela 5 — Extrato de movimentação em conta corrente — Região 5

MÊS	MOVIMENTAÇÃO - R5				SALDO
	ENTRADA	SAÍDA	MOV. DO MÊS	RENDIMENTOS	
outubro 2025	R\$ 2.994.756,59	<i>Depósito Judicial em 29/09/2025</i>			R\$ 3.021.475,81
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.719,22	
novembro 2025	R\$ 764.790,57	R\$ 1.343.469,16	R\$ 578.678,59	R\$ 19.666,65	R\$ 2.462.463,87
dezembro 2025	R\$ 1.799.935,18	<i>Depósito Judicial em 10/12/2025</i>			R\$ 3.693.100,95
	R\$ 52.574,10	R\$ 649.852,68	R\$ 597.278,58	R\$ 27.980,48	
TOTAL ACUMULADO	R\$ 5.612.056,44	R\$ 1.993.321,84	R\$ 1.175.957,17	R\$ 74.366,35	

Fonte: Elaboração própria (2026).

Até o mês de dezembro de 2025, a **Região 5** apresentou um movimento financeiro total de **R\$ 1.175.957,17** (um milhão, cento e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos).

O **saldo remanescente**, considerando os rendimentos das aplicações financeiras e o saldo em conta na data de **1º de janeiro de 2026**, é de **R\$ 3.693.100,95** (três milhões, seiscentos e noventa e três mil, cem reais e noventa e cinco centavos).

É importante destacar que, desse valor, **R\$ 457.079,47** (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setenta e nove reais, e quarenta e sete centavos) estão reservados para custear as despesas de deslocamento das pessoas atingidas para as **atividades da Entidade Gestora**, tendo sido projetado os custos relativos ao transporte e alimentação durante os deslocamentos para as atividades formativas dos projetos e de crédito e microcrédito, para a assembleia das pessoas atingidas e para as reuniões ordinárias dos conselhos, que estão previstas na proposta definitiva publicada pela EG e homologada pelo Juiz.

O detalhamento da execução orçamentária, despesas, valores, tipos de pagamento e extrato bancário, ocorrida no trimestre, pode ser visualizado acessando o [link](#).

Foram apresentadas, neste relatório, as informações referentes aos dispêndios realizados no trimestre na Região 5. A prestação de contas financeiras constitui uma das obrigações previstas entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça, tendo como principal finalidade subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira, com vistas à comprovação da correta aplicação dos recursos, em conformidade com o Plano de Trabalho.

Todos os documentos comprobatórios relacionados aos gastos efetuados no período — incluindo contratos, notas fiscais, relatórios, processos de aquisição de bens e serviços, entre outros — foram devidamente organizados e disponibilizados para análise da auditoria externa, assegurando a transparência e a rastreabilidade das despesas realizadas.

6. BALANÇO DO TRIMESTRE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro trimestre de execução do Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente (ATI) para o Anexo I.1, compreendido entre outubro e dezembro de 2025, foi marcado por avanços na materialização das entregas e, simultaneamente, por desafios de ordem institucional e operacional que impactaram o cronograma inicialmente previsto.

Conforme detalhado no Capítulo 4, a ATI cumpriu as metas e atividades pactuadas em seu Plano de Trabalho, apresentando justificativa para o não cumprimento da meta 14. Nesse trimestre destacou-se a finalização de produtos essenciais como a lista preliminar de composição dos Conselhos (Meta 1) e o apoio a processos decisórios executados pela Entidade Gestora (partes da Meta 7). Além disso, foram produzidos materiais de comunicação e fornecido suporte logístico (Metas 4 e 5, em andamento), reafirmando o compromisso com a transparência e a efetiva participação das pessoas atingidas.

No entanto, a complexidade inerente à fase de implementação, somada aos atrasos na homologação judicial e liberação de recursos, exigiu um esforço de adaptação significativo da equipe. A defasagem no cronograma da Entidade Gestora (EG) e a formalização dos critérios de avaliação qualitativa pela CAMF (que estão em processo de implementação) foram alguns desafios enfrentados pelo monitoramento e prestação de contas do projeto.

Diante disso, a principal reflexão para o próximo ciclo reside na urgência do alinhamento estratégico entre a Entidade Gestora e as ATIs. A articulação em curso, que resultará em um documento conjunto a ser encaminhado às Instituições de Justiça (IJs) pleiteando a pactuação estratégica, é fundamental para assegurar que as atividades de apoio da ATI possam ser desenvolvidas em um calendário coerente e viável.